

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Comissão Temporária sobre a Alegada Utilização pela CIA de Países Europeus para o Transporte e a Detenção Ilegal de Prisioneiros

6.2.2007

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS N° 12

Assunto: Relatório sobre a visita da delegação da Comissão TDIP a Lisboa (Portugal)

Os membros da comissão encontrarão em anexo uma versão revista do relatório sobre a visita da delegação a Lisboa preparado pelo Secretariado sob a responsabilidade do presidente da comissão e da delegação, deputado Carlos Coelho.

A. PROCEDIMENTO

Os coordenadores dos grupos políticos da Comissão TDIP decidiram, na sua reunião de 2 de Outubro de 2006, pedir autorização para enviar uma delegação oficial a Portugal, composta pelo presidente, o vice-presidente e o relator. Esta delegação oficial a Portugal foi considerada necessária dada a falta de resposta oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, ao convite para assistir a uma reunião da Comissão TDIP que o presidente Coelho lhe enviou por carta de 6 de Setembro de 2006 (Ref. 203545/D(2006)4719).

Por carta de 13 de Outubro de 2006 (Ref. 315119/D(2006)56381), o presidente da Comissão TDIP, deputado Coelho, pediu ao deputado Borrell, presidente do Parlamento Europeu, que autorizasse a visita desta delegação oficial a Lisboa, que teria lugar em 6 de Dezembro de 2006.

O presidente Borrell deferiu este pedido por carta de 25 de Outubro de 2006 (Ref. 204859), autorizando cinco membros da Comissão TDIP a participar na delegação.

Junta-se em anexo o programa e a lista de participantes (Anexo 1) e o comunicado à imprensa do Parlamento Europeu (Anexo 2).

De seguida apresenta-se uma síntese das principais comunicações feitas pelos diferentes interlocutores que a delegação encontrou durante a sua estadia em Lisboa.

B. SÍNTESE DAS REUNIÕES

Terça-feira, 5 de Dezembro de 2006

Reunião com: Micael Pereira e Ricardo Lourenço, jornalistas do "Expresso"

(19h30-20h45)

Ambos os jornalistas apresentaram os seus respectivos trabalhos de investigação publicados no "Expresso", um dos periódicos que seguiram de muito perto as acções da competência da Comissão TDIP. A maior parte das informações fornecidas à delegação já tinha sido incluída nos seus artigos anteriores.

O Sr. Pereira esteve particularmente activo a seguir o percurso dos passageiros de voos suspeitos, especialmente durante a sua estadia em hotéis portugueses, e pode confirmar que neles participaram agentes da CIA. O Sr. Lourenço, por seu lado, seguiu exaustivamente o caso do Sr. Khadr.

Os principais elementos de informação fornecidos por ambos são os seguintes:

- Existe um pacto entre os serviços secretos dos países aliados ocidentais nos termos do qual não é necessário fornecer informações sobre os movimentos de agentes da CIA quando eles viajam pela maior parte dos países europeus.
- Os serviços secretos portugueses protegem-se negando terem tido qualquer implicação ou possuírem quaisquer informações sobre o caso do Sr. Khadr.
- Os funcionários dos aeroportos portugueses revelaram que a maior parte dos aviões suspeitos tinha as cortinas fechadas e, na maioria dos casos, o pessoal do aeroporto nunca entrava nos aviões.
- A negligência do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) foi mencionada como uma causa possível para o facto de não ter havido controlos das tripulações e passageiros de voos suspeitos.

Quarta-feira, 6 de Dezembro de 2006

Reunião com: Maria Helena Faleiro de Almeida, Directora de Regulação Económica do *Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC)*.

(09h30 - 10h30)

A Sr.^a Faleiro de Almeida descreveu o funcionamento do INAC à delegação, bem como o acordo de transportes aéreos existente entre Portugal e os EUA de Maio de 2000:

- Este acordo cria céus abertos com o objectivo de liberalizar o tráfego entre estes dois países. A maior parte dos voos privados que passou em Portugal apenas fez escalas técnicas, pelo que não era necessário pedir ao INAC autorização para aterrar. Este acordo baseia-se na reciprocidade.
- Não obstante, mesmo os voos que não carecem de autorização para aterrar são seguidos através dos impressos de voo que têm de ser preenchidos. Estes impressos de voo têm como objectivo assegurar que as contas podem ser enviadas aos operadores. Desde 2003 existe uma base de dados destes impressos.
- No caso do aeroporto de Cascais, trata-se dum aeródromo que não está aberto ao tráfego internacional, pelo que todos os aviões que ali passam têm de pedir autorização ao INAC se a sua origem ou destino for fora do espaço de Schengen. Quanto ao caso específico do avião que aterrou em Lisboa em 15 de Maio de 2005, ele não carecia de autorização (com base no acordo supramencionado), desembarcou passageiros e, como não havia espaço de estacionamento no aeroporto de Lisboa, voou para Cascais. A Sr.^a Faleiro de Almeida não pode confirmar à delegação se foi ou não dada autorização neste caso específico.
- O INAC trata apenas de voos civis (nos termos da Convenção de Chicago). Os voos militares são tratados pelos Ministérios dos Assuntos Internos e/ou da Defesa.

- A comissão TDIP pediu à Sr^a. Faleiro de Almeida para lhe fornecer uma nota descrevendo sumariamente o sistema de controlo dos voos civis e as taxas cobradas pelo INAC por avião e por passageiros.

Reunião com: Fernando Carvalho, Administrador da *Navegação Aérea de Portugal* (NAV).

(10h30 - 11h30)

O Sr. Carvalho iniciou a sua intervenção deixando bem claro o facto de a NAV não ter nenhuma competência nos aeroportos portugueses, dado que apenas é responsável por gerir o espaço aéreo português. Os principais elementos de informação fornecidos pelo director da NAV são os seguintes:

- A NAV regista todo o tráfego que atravessa o espaço aéreo português. Todos os planos de voo são enviados ao Eurocontrol, que os processa e distribui aos países que serão atravessados pelos voos. O Sr. Carvalho recorda à delegação que os planos de voo na realidade são apenas planos intencionais.
- A delegação colocou perguntas sobre o caso específico do avião que chegou a Lisboa em 15 de Maio de 2005 e pouco depois voou para Cascais, nomeadamente se este era um voo civil ou militar. O Sr. Carvalho não estava em condições de fornecer à delegação pormenores sobre este voo específico.
- A NAV não desempenha nenhum papel quando é preciso tomar a decisão de autorizar a aterragem de voos em território português; esta decisão cabe ao INAC. A NAV é apenas um prestador de serviços e só se envolve activamente no caso de um avião não obedecer às instruções; nesse caso a NAV contacta directamente os serviços militares e de defesa.
- Fizeram-se várias referências ao facto de, segundo as próprias autoridades portuguesas, 25% dos voos militares que atravessam Portugal irem para ou virem do Iraque ou do Afeganistão. Não foram dadas nenhuma informação sobre a origem ou destino dos restantes 75% dos voos militares. Nomeadamente, não foram fornecidas listas dos voos de e para Guantánamo que a deputada Gomes afirmou andar a pedir desde Março de 2006. O Sr. Carvalho afirmou que a NAV tinha fornecido todas as listas de voos solicitadas, incluindo voos militares, à sua autoridade ministerial. Se elas não foram fornecidas ao PE, essa decisão ultrapassava o nível de controlo da NAV e recaía no domínio de competência ministerial.

Reunião com: Manuel Jarmela Palos, Director do *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (SEF).

(11h30 - 12h30)

O Sr. Jarmela Palos entregou aos membros da delegação um dossier contendo as respostas às perguntas colocadas pela deputada Gomes às autoridades portuguesas relativamente a

pormenores de voos suspeitos sobre o território português. O presidente Coelho iniciou a reunião com uma referência ao elevado número de voos suspeitos que fizeram escala em Portugal, bem como o facto de o SEF ser a única autoridade portuguesa a possuir informações relevantes sobre os passageiros e tripulações desses voos suspeitos.

O director do SEF agradeceu à delegação da Comissão TDIP pela oportunidade de partilhar com o Parlamento Europeu todas as informações disponíveis. Ele afirmou que Portugal cumpre todas as normas comunitárias e internacionais. O Sr. Jarmela descreveu a situação em Portugal no que respeita aos procedimentos em matéria de controlo e supervisão de passageiros:

- Cerca de 5 milhões de passageiros passam pelo aeroporto de Lisboa anualmente. A situação em matéria de controlos (tanto de voos comerciais como privados) é diferente, dependendo de os passageiros serem cidadãos comunitários (caso em que não há registos) ou nacionais de países terceiros (em que há registos em alguns casos de cidadãos que podem representar um risco em Portugal ou no espaço de Schengen; mas não como princípio geral).
- Os membros da delegação deram uma atenção especial à entrada em vigor (em 3 de Outubro de 2006) da obrigação de manter registos de passageiros e tripulações dos voos privados. Esta alteração da legislação portuguesa deve-se ao Regulamento (CE) nº 562/2006 relativo à obrigação de usar um novo código manual. Não obstante, não é possível ao SEF fornecer quaisquer informações sobre voos efectuados antes desta data porque não havia registos.
- O facto de não haver registos não significa que não houvesse controlo. De qualquer modo, a norma geral era não haver controlos dos voos em trânsito por Portugal durante as escalas técnicas.
- Nunca houve quaisquer suspeitas relativamente aos voos da CIA que fizeram escala em Portugal até alguns anos mais tarde, quando surgiram alegações relativas à utilização destes voos para efectuar entregas extraordinárias. Por outro lado, o SEF nunca recebeu qualquer tipo de instruções ou ordens para dar um tratamento especial aos voos com origem ou destino nos EUA.

Os membros da delegação fazem notar ao Sr. Palos que o dossier que ele acabara de distribuir fazia repetidamente referência à existência de listas de passageiros e tripulações relativas a diversos voos suspeitos, que o SEF tinha elaborado cruzando os seus próprios dados com informações complementares recolhidas de pessoal de manutenção (*handlers*) e hotéis. Os membros pediram ao Sr. Palos que fornecesse essas listas à delegação, como já tinha sido pedido por escrito ao governo português pela deputada Gomes. O Sr. Palos afirmou que não estava autorizado a fazê-lo porque tal violaria normas de protecção de dados, uma justificação contestada pelos membros da delegação.

Almoço oferecido pelo presidente Coelho.

(13h15 - 14h30)

O Sr. Paulo Portas (antigo Ministro da Defesa) e o Sr. António Figueiredo Lopes (antigo Ministro dos Assuntos Internos) recusaram o convite do presidente Coelho para participar neste almoço.

Reunião com: representantes dos grupos políticos da Assembleia da República.

(14h45-15h45)

A delegação da Comissão TDIP teve duas reuniões diferentes na Assembleia da República. Ocorreram alguns problemas relativamente ao local destas reuniões, devido às normas internas do parlamento português: quando um grupo político organiza actividades oficiais - como foi o caso, neste dia, do Partido Comunista Português (PCP) - não é possível efectuar reuniões oficiais no parlamento português. Como o seu presidente, deputado Gama, recusou arranjar uma sala para as suas reuniões, a delegação teve de encontrar outro lugar nas instalações dos grupos políticos.

A primeira reunião teve lugar com os seguintes:

- Deputado Marques Guedes (PSD, Partido Social Democrata), que realçou a importância dada pelo seu partido a estas questões, tendo pedido informações ao governo português.
- Deputado Nuno Magalhães (PP; Partido Popular), que expressou alguma perplexidade quanto aos trabalhos da Comissão TDIP, clarificada pelo presidente Coelho.
- Deputado Fernando Rosas (BE, Bloco de Esquerda), que manifestou a sua vergonha pela atitude inadequada e a falta de cooperação revelada pelas autoridades portuguesas e pediu desculpa por isso como deputado do parlamento português, criticando também o facto de o governo português não proceder a uma investigação adequada.
- Deputado Jorge Machado (PCP, Partido Comunista), que realçou a necessidade de fazer luz sobre estas questões no âmbito da competência da Comissão TDIP e de mais investigações. Ele entregou à delegação um dossier incluindo informações sobre as alegações relativas a Portugal.

A segunda reunião teve lugar com os seguintes deputados do PS (Partido Socialista):

- Alberto Martins,
- Osvaldo de Castro, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Imunidades,
- José Vera Jardim,
- Ricardo Rodrigues.

Todos eles ofereceram a sua cooperação com o trabalho da Comissão TDIP.

Reunião com: Luís Amado, Ministro dos Negócios Estrangeiros

(16h10 - 17h20)

O presidente Coelho mencionou as críticas do Ministro Amado acerca da Comissão TDIP - de que a imprensa fez eco - devido à publicação, alguns dias antes, do projecto de relatório, incluindo algumas objecções substanciais aos dois parágrafos dedicados a Portugal pelo relator. O presidente Coelho começou por explicar os motivos técnicos - nomeadamente o requisito geral existente no Parlamento Europeu de elaborar os relatórios com algum avanço devido aos prazos de tradução - pelos quais o projecto de relatório do deputado Fava foi elaborado antes da visita da delegação da Comissão TDIP a Portugal. Ele deixou claro que novas alterações iriam completar a parte do projecto de relatório definitivo relativa a Portugal.

Depois o Ministro Amado dirigiu à delegação uma declaração geral, na qual realçou os seguintes pontos:

- O governo português agradece o trabalho da Comissão TDIP, oferecendo a sua cooperação total, o que já fora afirmado por carta pelo seu antecessor, Sr. Freitas do Amaral.
- Ocorreram alguns problemas nas relações entre o governo português e a Comissão TDIP, dado que alguns dos pedidos de informações ao governo português tinham sido enviados pela deputada Gomes, pelo que as respostas foram-lhe enviadas com cópia ao presidente da TDIP, a fim de distribuir as respostas a todos os deputados da Comissão TDIP.
- O trabalho efectuado pelo governo português implica a coordenação de três Ministérios diferentes, cada um com as suas normas e necessidades diferentes.
- É importante conseguir um equilíbrio adequado entre a necessidade de controlos e a fluidez do transporte aéreo.
- Foi criado um grupo de trabalho interministerial, que inclui representantes dos Ministérios da Defesa, Assuntos Internos e Negócios Estrangeiros.
- O governo português sempre manifestou a sua vontade de cooperação com o Parlamento Europeu, pelo que ficou muito surpreendido com o conteúdo do projecto de relatório.

Seguiu-se um debate animado entre o Ministro Amado e os membros da delegação, cujos elementos principais foram os seguintes:

- Segundo o Ministro Amado, as autoridades portuguesas não cometeram nenhuma violação do Direito internacional. Em resposta à pergunta específica da delegação sobre a eventual existência de investigações por parte do governo português acerca do estatuto dum cidadão canadiano, o Sr. Kahr, quando passou pelos Açores a bordo dum voo da CIA, ele afirmou que era impossível controlar todos os voos que passam por Portugal.
- O Ministro Amado reiterou a ideia de que o sistema no seu todo era complexo, pelo que tem de se conseguir um novo equilíbrio entre a dimensão da segurança e a necessidade de fluidez no transporte aéreo. Sabendo agora que tantas coisas podem ter acontecido no passado, há necessidade de responsabilidade política.

- O Ministro Amado explicou à delegação que, apesar de o actual governo português ter uma perspectiva da guerra no Iraque diferente da do anterior governo, tal não significa que o nível de cooperação com os norte-americanos tenha mudado.
- O Ministro Amado realçou a grande importância das relações transatlânticas. Deu como exemplo um eventual ataque terrorista em Lisboa: nesse caso, a opinião pública exigiria uma reacção forte e tanto o parlamento como o poder judicial teriam de reavaliar os métodos do combate ao terrorismo, como aconteceu nos EUA. Ele afirmou que se deve evitar todo o comportamento antiamericano.
- Em reacção à necessidade de mais investigações por parte do governo português manifestada pela delegação, o Ministro Amado assegurou que Portugal sempre actuou no respeito da legalidade e não tinha de provar que algo de ilegal tinha ocorrido, alegando que, até agora, não havia quaisquer indicações de que Portugal foi cúmplice de acções ilegais. Os voos de e para Guantánamo tinham de sobrevoar ou passar por Portugal mas tal não significa que o governo português estivesse envolvido. O ministro não respondeu ao pedido da deputada Gomes para lhe serem fornecidas as listas dos voos de e para Guantánamo que ela afirmou andar a pedir desde Março. O ministro afirmou repetidamente que o ónus da prova de qualquer ilegalidade cabe à Comissão TDIP.
- No que respeita a diversos pedidos de membros da delegação que solicitaram informações específicas sobre as listas de passageiros de voos suspeitos ou pormenores sobre os voos militares dos EUA que passaram por Portugal, o ministro recusou-se a fornecê-las, afirmando que tais listas não existem e que, de qualquer modo, seria ilegal fornecê-las.

Após a reunião com o Ministro Amado, o presidente Coelho deu uma conferência de imprensa breve e informal. A principal mensagem transmitida pelo presidente Coelho - após agradecer ao Ministro Amado por ter recebido a delegação da Comissão TDIP - foi que as respostas recebidas não eram suficientes e provavam a necessidade de mais investigações em Portugal.

PROGRAMME
and
LIST OF PARTICIPANTS

Delegation of the Comissão TDIP to Lisbon

Tuesday 5 and Wednesday 6 December 2006

TUESDAY 5 DECEMBER 2006

16h20

Departure from Brussels airport.

18h00

Arrival to Lisbon airport.

19h00-20h00

Meeting with:

Micael Pereira and Ricardo Lourenço, journalists from "Expresso".

Meeting location:

Parlamento Europeu Information Office

WEDNESDAY 6 DECEMBER 2006

09h30 - 10h20

Meeting with:

Maria Helena Faleiro de Almeida, Director of Economic Regulation of Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC).

Meeting location:

Parlamento Europeu Information Office

10h30 - 11h20

Meeting with:

Fernando Carvalho, Administrator of Navegação Aérea de Portugal (NAV).

Meeting location:

Parlamento Europeu Information Office

11H30- 12h20

Meeting with:

Manuel Jarmela Palos, Director of Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Meeting location:

Parlamento Europeu Information Office

13h00:

Lunch organised by the Chairman.

Paulo Portas (former Minister for Defence) and **António Figueiredo Lopes** (former Minister for Home Affairs) have been invited to the lunch.

Lunch location:

Tivoli Hotel Lisbon

14h30:

Transfer to Assembleia da República.

14h45-15h45

Meeting with heads of political groups in the *Assembleia da República*.

15h45

Transfer to *Palácio das Necessidades*.

16h00

Meeting with:

Luís AMADO, Minister for Foreign Affairs.

19h05

Departure from Lisbon airport.

22h40

Arrival to Brussels airport.

LIST OF PARTICIPANTS

TDIP DELEGAÇÃO TO LISBON, 5-6 DECEMBER 2006

MEPs

1. **COELHO, Carlos** Chairman (EPP-ED)
2. **LUDFORD, Sarah** 1st Vice-Chairwoman (ADLE)
3. **BREPOELS, Frieda** (EPP-ED)
4. **KREISSL-DÖRFLER, Wolfgang** (PSE)
5. **ROMEVA I RUEDA, Raül** (Greens/EFA)

MEP elected in Portugal, who will participate in the meetings:

6. **GOMES, Ana Maria** (PSE)

Comissão TDIP secretariat:

1. **NÉMOZ-HERVENS, François** (Head of Secretariat)
2. **MAURIN DE FARIÑA, Christian** (Administrator)

Political Groups/Assistants:

3. **SPEISER, Michael** (EPP-ED)
4. **MARQUES, Duarte** (EPP-ED, Carlos Coelho's assistant)
5. **TUSAR, Anita** (PSE)
6. **BOBICHON-NEVES, Marta** (PSE, Ana Gomes' assistant)
7. **MARZOCCHI, Ottavio** (ADLE)
8. **RIEU, Mychelle** (Greens/ EFA)

Press service

9. **ANDRES MARIN, Maria**

Interpreters

1. **RAYNER Olive**
2. **WYLDE D**
3. **ALVIM M**
4. **VAKIL CARDOSO Aura**

ANNEX 2

Brussels, 06/12/2006

PRESS RELEASE

CIA Committee concludes delegação to Portugal

A delegação of six MEPs, headed by TDIP¹ Chair Carlos Coelho (EPP-ED, PT), concluded its visit to Lisbon today, 6 December. Over the course of two days, TDIP members met with different political groups of the Portuguese parliament (including Chair of the Committee on Legal Affairs Osvaldo de Castro), Minister for Foreign Affairs Luís Amado, as well as representatives of the *Instituto Nacional de Aviação Civil* (INAC), the Navegação Aérea de Portugal (NAV) and the *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* (SEF).

Commenting on the delegação's meeting with Sr. Amado, Sr. Coelho said: "His assurances that so far there is no evidence of illegal activities in Portugal [in connection with CIA rendition flights] are not sufficient. National governments have the positive obligation to investigate whenever substantial allegations exist."

"Both the Portuguese government and parliament need to perform further investigations", added Sr. Coelho. "It is obvious that either there have been insufficient rules for the control of aircraft using Portuguese airports, or existing provisions have not been appropriately implemented; in short, we need to assure better information on passengers who travel in private commercial planes in the future." He later said: "The Portuguese government has acknowledged that the current system is not working properly and intends to take steps to close those gaps."

The work of the Comissão TDIP will come to a close with the adoption of the final report, scheduled for 23 January 2007. The final report will be adopted by the plenary session of Parliament in February.

Contact:

María ANDRES MARIN

+ 32 2 28 44299

+ 32 (0) 498 98 35 90

Piotr ZALEWSKI

+ 32 2 28 32232

+ 32 (0) 498 983 257

e-mail: libe-press@europarl.eu.int

¹ Temporary Committee on the alleged use of European countries by the CIA for the transport and illegal detention of prisoners